

CONHECER PARA RECONHECER: AS SINGULARIDADES DA LITERATURA NATIVA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CULTURAL

Amanda Pereira Ribeiro
Célia Regina Delácio Fernandes

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a importância da leitura de obras de temática e autoria nativa no contexto educacional, analisando o papel de Políticas Culturais no processo de construção de um leitor cultural e multicultural. Observa-se uma disparidade no reconhecimento da literatura indígena em comparação com obras de autores não indígenas no ensino básico. As leis brasileiras, como a *Constituição de 1988* e a Lei 11.645 de 2008, garantem direitos educacionais diferenciados para os povos indígenas e incentivam o tratamento da temática indígena nas escolas. Portanto, recai ao professor e as redes de ensino incorporar obras de autoria indígena no currículo para promover representatividade, compreensão e reduzir estigmas. O trabalho proposto visa explorar como as políticas culturais, relacionadas a literatura, podem impactar no acesso cultural a obras literárias de autoria indígena e contribuir para a formação de leitores multiculturais.

Palavras-chave: Literatura Indígena. Autoria Indígena. Ensino Básico. Políticas Culturais. Leitor Cultural.

KNOWING TO RECOGNIZE: THE SINGULARITIES OF NATIVE LITERATURE FOR THE FORMATION OF THE CULTURAL READER

Abstract: This paper aims to reflect on the importance of reading works with native themes and authorship in the educational context, analyzing the role of Cultural Policies in the process of building a cultural and multicultural reader. A disparity is observed in the recognition of indigenous literature compared to works by non-indigenous authors in basic education. Brazilian laws, such as the 1988 Constitution and Law 11.645 of 2008, guarantee differentiated educational rights for indigenous peoples and encourage the treatment of indigenous themes in schools. Therefore, it is up to teachers and school networks to incorporate works by indigenous authors into the curriculum to promote representation, understanding, and reduce stigmas. This proposed work aims to explore how cultural policies related to literature can impact cultural access to literary works by indigenous authors and contribute to the formation of multicultural readers.

Keywords: Indigenous Literature. Indigenous Authorship. Basic Education. Cultural Policies. Cultural Reader.

Introdução

A leitura é um tema recorrente quando se trata do cenário educacional nacional, isso porque é um dos eixos fundamentais para o aprendizado. É sabido também que, para o trabalho de leitura fluir de maneira orgânica e enriquecedora, os alunos necessitam de bases elaboradas e orientadas pelo professor. Logo, nada se faz de maneira crua, é preciso que se estreite uma relação entre o educador, o estudante e a temática a ser trabalhada em conjunto com textos literários. A partir disso, quando consideramos direcionar o olhar para a literatura nativa, ou seja, a literatura de autoria indígena, é perceptível que a mesma não recebe prestígio e notoriedade no contexto do ensino básico, se comparada com obras de autores não indígenas.

Portanto, é necessário que se considere dois pontos importantes que guiam a legislação brasileira quando se trata da questão indígena no contexto escolar, o primeiro é a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, a qual assegura o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada que pondere seus próprios processos de aprendizagem. E o segundo, a *lei 11.645* aprovada em 2008 (Brasil, 2008), que prevê a obrigatoriedade de se tratar a temática indígena no ensino básico, incentivando produção e a manifestação de novos escritores.

Dessa forma, existem leis que protegem e incentivam um processo educacional que se debruce sobre as questões étnicas e culturais dos povos originários. Em vista disso, é imprescindível para a formação do leitor cultural que a rede pública de ensino trabalhe ativamente a temática indígena na sala de aula. Primordialmente, para que os alunos nativos se sintam acolhidos e representados. E, também, para que alunos não indígenas tenham a oportunidade de conhecer a cultura, as tradições e as vivências do outro, diminuindo o distanciamento e a ignorância que possa surgir ao se deparar com uma cultura diferente da sua. Logo, cabe a escola e ao professor oferecerem conteúdos e obras literárias que estejam alinhadas com a temática indígena, destacando aqui a importância de, principalmente, trabalhar com as obras de autoria nativa. Pois, apesar da literatura com temática indígena abrir horizontes para a interdisciplinaridade, a literatura produzida por autores indígenas carrega consigo uma bagagem empírica de vivências culturais, que vão desde suas tradições, seus saberes, costu-

mes, cosmogonia, sua relação com a natureza e até suas lutas e reivindicações sociais. Consequentemente, são materiais riquíssimos que transmitem a partir das lentes dos próprios indígenas a realidade de cada cultura, demonstrando uma relação intrínseca entre sua produção literária e sua identidade social e cultural.

Assim sendo, o presente trabalho pretende abordar as singularidades e particularidades relacionadas a produção literária de autoria indígena, a importância de políticas públicas culturais que possibilitem a democratização do conhecimento cultural indígena, a ampliação do horizonte sobre as riquezas que obras literárias nativas oferecem para literatura e na formação do leitor cultural e multicultural nas redes de ensino básico.

A Literatura indígena é uma ferramenta para que a formação do aluno indígena e não indígena se aproxime dos saberes tradicionais indígenas e do contexto social que envolve estes indivíduos, compreendendo que a literatura é um meio de resistência para diversas etnias indígenas, que procuram expor suas experiências para transmitir conhecimentos, ter seu modo de existir e resistir compreendido. Com isso, a produção literária indígena denuncia os resquícios do olhar colonizador, o qual resulta em diversas formas de discriminação que os povos originários ainda são submetidos.

Algumas singularidades da Literatura de autoria indígena

De acordo com Casemiro (2013), para a cultura Guarani a palavra assume o valor de Verdade, suas narrativas, mesmo as consideradas pelos não indígenas como ficção, possuem um sentido cosmogônico de Verdade que orienta sua cultura, suas tradições e seu modo de viver. Assim, a palavra está relacionada intrinsecamente com a maneira com esse povo compreende a sua existência e a criação do seu universo. E é também através dela que orienta a sua vida e preserva os costumes que atravessam gerações.

Dessa forma, é comum o não indígena, ao se deparar com a narrativa indígena e iniciar seu processo de compreensão da obra, falhar ao tentar encaixar o texto nas classificações de tipologias textuais que conhece. É necessário que se compreenda, que as tipologias textuais que os não indígenas estão habituados, foram formadas a partir de uma visão de racional-

dade ocidental. Logo, as tipologias textuais que compõem a Literatura não indígena foram formadas sem considerar as particularidades da produção literária nativa e sua cultura. Como se pode observar:

Na perspectiva indígena Guarani, a Palavra é cosmogônica e leva a essas denominações um sentido totalizador, misterioso e com magia traduz a sua vivência, sem fragmentação. A Palavra, sendo sagrada, é mística e está em primeiro plano para a sua cultura, acima dessas denominações tipológicas (Casemiro, 2013, p. 540).

Para a perspectiva Guarani, as Palavras e suas narrativas possuem um sentido completo que deve ser olhada assumindo uma visão aberta e livre, que está além dos limites determinados pelas tipologias textuais. As narrativas nativas geralmente são classificadas como: Mitos, Lendas, Contos e Poesia, pelos não indígenas, o que pode descaracterizar o valor de Verdade que é empregado pela cultura Guarani a partir de sua concepção do que é a palavra. Para o povo Guarani, as palavras guiam seus saberes, tradições, espiritualidade e a construção de sua identidade, mesmo que tratem de seres encantados, mágicos ou também acontecimentos sobrenaturais e misteriosos. São esses aspectos que trazem sentido para suas vivências e irão fazer parte de sua formação cultural, podemos compreendê-los como os saberes indígenas. Dessa maneira, essas narrativas compõem sua formação como indivíduo e como irão guiar suas crenças, sua identidade e seu posicionamento dentro da comunidade e na sociedade, fazendo parte também da realidade que os cerca, logo, não poderiam assumir uma classificação simplista de “ficção” já que a mesma assume o papel de compor a realidade que o grupo está inserido.

O fato de as produções literárias de autoria indígena muitas vezes serem classificadas como pertencentes de tipologias textuais ligadas em sua significação com acontecimentos fictícios, se deve ao contexto histórico nacional, que possui inegáveis resquícios da colonização. Existe, por parte da sociedade não indígena, um visível desconhecimento e desinteresse em conhecer a cultura, costumes, tradições e reivindicações indígenas. A falta de conhecimento sobre a cultura indígena irá gerar uma visão precipitada, simplificada e formada a partir do prejuízo não indígena sobre a cultura nativa. Além disso, as tipologias textuais que são parte da cultura popular

(mitos, lendas, fábulas) são consideradas com um valor inferior pela sociedade não indígena, se comparada com cultura erudita, pois não seriam formadas por eventos reais e, por isso, não possuiriam uma orientação racional. Assim, descredibilizando a cultura popular, não por coincidência os não indígenas que desconhecem aspectos da cultura nativa, procuram encaixar à literatura de autoria indígena esse valor de produto irracional.

A cultura indígena e o valor das palavras pela perspectiva Guarani estão intimamente ligados ao que para nós, pertencentes a sociedade não indígena, classificamos como aspectos literários. Em si mesma, a partir de sua própria criação, de seus próprios valores, necessidades linguísticas que estão conectadas com os valores cosmogônicos, que estão conectadas com suas tradições, rezas, costumes é tudo muito poético por si só. Como se pode notar a seguir:

E vale especialmente para o Guarani, considerando a sua língua como um todo, já que toda ela é poética, melódica e sagrada, bela, pela própria definição de linguagem: *nhë'e* – palavra-alma e que se intensifica nas suas intencões continuadas conforme a autoria de quem as pronuncia: *nhë'e* – palavra-alma; *nhë'eporã* – belas palavras; *ayvuporã* – palavras sagradas, enfeitadas (Casemiro, 2013, p. 541).

À vista disso, em sua própria significação está conectada a palavra com a alma, o que é bastante poético. Para além disso, temos as classificações que estão relacionadas a posição do indivíduo que as pronuncia. Assim, as belas palavras são reservadas às pessoas que são capazes de curar, prever ações e os nomes das crianças recém-nascidas, como também aos responsáveis por conduzir as cerimônias de batismo na comunidade. Já a categoria *ayvuporã* – palavras sagradas, são as palavras reservadas para serem utilizadas na *Opy* – Casa de Reza. Esses conceitos são importantes para que se compreenda o que quer dizer a palavra com valor de Verdade, para a cultura Guarani. Segundo Casemiro (2013, p. 542), a palavra *porã* possui o sentido de beleza, o que é adornado para que seja belo, assim, observando as classificações, pode-se perceber que as palavras possuem o significado do que literalmente representam. As palavras belas estão relacionadas aos cânticos e aos eventos especiais para a crença Guarani e as palavras sagradas estão conectadas com as cerimônias espirituais que

devem acontecer no lugar sagrado, que é a *Opy*, casa de rezas. Portanto, as palavras não foram compostas ao acaso para cada situação que pode ser usada, elas foram trabalhadas para que transpassem o sentido de beleza que é tão caro para esta cultura. A poesia que as forma, a tonalidade, o serviço de redobrar vogais para que assim lhe acentue a sonoridade musical, foi pensada para compor suas tradições e faz parte de sua identidade. As palavras estão intimamente conectadas com a visão que este grupo possui sobre a sua criação:

Em primeiro lugar, o significado de *nhé'* é para o Guarani é, para quaisquer indivíduos, palavra-alma. É um significado que remonta à sua narrativa de criação, na qual *Nhamandu* se pôs ereto e pronunciou as palavras das quais surgiram todos os homens e mulheres e toda a criação. A partir dela, toda cultura Guarani se constitui: a criança é desejada e, antes do nascer, já possui um espírito guia que se vai revelar quando essa criança se puser ereta e que vai lhe indicar o que será: um *Xamoí*, um *Cuidador de Ervas*, etc., conforme a direção de onde esse deus veio: zênite, leste ou oeste (Casemiro, 2013, p. 543).

Dessa maneira, como a palavra é tão importante para a cultura indígena, ela possui seu valor poético sem a necessidade de pertencer a alguma classificação de tipologia textual, como já falado anteriormente, essas classificações derivam de uma racionalidade ocidental. A literatura nativa não irá corresponder a esses padrões, pois já possui a completude de sentido para sua cultura, seu modo de dizer, seu sentido cosmogônico, a maneira e o motivo de ser dito é propriamente único e particular. A literatura nativa resistiu a colonização de seu saber e de sua língua, não se deixou assimilar pelo racionalismo da sociedade não indígena, segue firme e ocupando espaços, logo recai sobre o não indígena se aproximar e conhecer essas culturas, para que assim consiga apreciar a literatura indígena sem a limitar e a impor padrões que não pertencem à cultura originária.

A escrita alfabética, nesse sentido, parece ser um complemento desse saber, e não a condição *sine qua non* nem a forma de conhecimento a priori dos sujeitos indígenas. Significa dizer que os mitos, de origem fundamentalmente oral, compõem a base da escrita individual, em prosa ou poesia. Os temas das obras, desse modo, podem reunir História e ponto de vista indígena, o que significa dizer oralidade e escrita; ficção, que pode entrelaçar História, ponto de vista indígena, memória, autobiografia, mitos; depoimentos, que podem acompanhar memória, cosmologia tradicional, história pessoal e co-

letiva, entre outros. Esta multiplicidade de temas e estéticas varia de obra para obra, porque vai depender da intenção criativa, e muitas vezes crítica, que o autor quer nela imprimir. Formas, temas e estilos dão contornos ao sistema literário indígena brasileiro contemporâneo, pois são realizadas pelos próprios sujeitos que têm um compromisso com a causa política indígena. A matéria ancestral é o ponto de partida para a atuação crítico-criativa destes escritores. Esta produção, oriunda de uma matriz extraocidental, não se dissolve no contato com estruturas ocidentais. Em outras palavras, o fato de um escritor indígena publicar um livro não significa que ele considera a escrita superior à oralidade, nem tampouco que a sociedade ocidental seja superior (e civilizada) à sua tradição étnica. Mas, por sua vez, que um diálogo intercultural se faz necessário entre povos indígenas e não indígenas. Tal ação justifica a adoção de estruturas simbólicas, como a escrita alfabética e a via editorial como estratégia consciente para dinamizar o pensamento indígena na sociedade envolvente. Assim é o caso dos escritores e teóricos indígenas que utilizam os termos literatura, prosa, poesia, ficção para dialogar com a sociedade não indígena. Nesse diálogo, ressignificam tais conceitos, imprimindo um caráter ameríndio, dando novo sentido à expressão criativa. Esta estratégia é tomada conscientemente como resistência à coibição imposta historicamente às suas línguas, ritos, tradições, em suma, às suas ancestralidades (Dorrico, 2018, p. 244).

Os autores indígenas não consideram a literatura oral menor ou inferior, mas a escrita é um meio para compartilhar seus saberes, seus costumes, tradições e vivências com os não indígenas. Consequentemente, o processo de escrever suas histórias e dividi-las é uma estratégia para o alcance da valorização do saber intercultural. Ao adotar a escrita para expressar aspectos de suas vivências, os autores indígenas utilizam das classificações da literatura para que o diálogo intercultural aconteça, sendo a escrita uma ferramenta para manutenção dessas culturas, segundo Olívio Jekupé (2018, p. 47) “Por isso eu vejo a escrita como uma grande arma e nós indígenas devemos usar essa arma do branco em nosso favor”.

A literatura produzida por autores indígenas é variada, pois se modifica de acordo com a cultura de cada etnia. Para o povo Guarani, a palavra é sagrada, como citado anteriormente, entretanto, autores de outras etnias, ao teorizar sobre a importância da literatura indígena, utilizam pontos em comum. De acordo com Márcia Kambeba (2018, p. 43), “A palavra é, para os povos indígenas, um objeto de arte, pois representa a imagem guardada na memória de saberes”, portanto, a autora da etnia Omágua/Kambeba com-

partilha a visão de que as palavras possuem um sentido de arte, ou seja, de beleza. Além disso, para sua cultura, existe uma ligação intrínseca entre a literatura, os cantos e os espíritos ancestrais, como pode se observar:

À noite o indígena sonha com o que vai ser escrito ou com a música a ser cantada com os guerreiros da aldeia. Acredita-se que quem escreve recebe influências de espíritos ancestrais, dos encantados, por isso a literatura dos povos da floresta é percebida com um valor material e imaterial (Kambeba, 2018, p. 40).

Ainda de acordo com a autora, a literatura de autoria indígena é um instrumento de preservação e transmissão da memória, intimamente conectada a identidade e a espiritualidade de cada cultura. O contador de histórias também possui o papel de conservar a ancestralidade e compartilhar ensinamentos, segundo Tiago Hakiy (2018, p. 38) “O contador de histórias sempre ocupou um papel primordial dentro do povo, era centro das atenções, ele era o portador do conhecimento, e cabia a ele a missão de transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais”.

Em vista disso, a literatura produzida pelos autores indígenas é singular e por isso valiosa, dentro dela cabem inúmeras culturas díspares, significados, sentidos, cabe, espiritualidade e memórias, portanto, deve ser interpretada a partir da compreensão de toda sua complexidade.

O espaço da Literatura Indígena na formação do leitor cultural e multicultural

Ao considerar o trabalho com a literatura de autoria indígena no contexto escolar, se abre um leque de possibilidades, como citado anteriormente é uma literatura que traz consigo o peso da identidade e as significações culturais de cada etnia, envolvendo os saberes e tradições que formam cada comunidade, refletindo a visão que cada cultura tem sobre a sociedade e o universo que as envolve. Sendo assim, se torna oportunidade para que o leitor se abra para pensar em sentidos livres, apreciando esteticamente e se aproximando do modo de viver e ver a partir dessas culturas. Entretanto, questões interdisciplinares importantes precisam ser encaradas e amadurecidas com os leitores, para que se desenvolva uma consciência

crítica sobre os aspectos históricos e sociais que envolvem a criação e a recepção dessas produções, as obras nativas representam uma literatura social, de manutenção e resistência de sua cultura.

A Literatura Nativa é um meio dos povos originários reivindicarem seus direitos e denunciarem, por meio da voz desses autores, as situações que a sociedade não indígena os impôs, como o escritor afirma:

[...] nós indígenas também poderemos ser grandes líderes através da escrita, produzindo literatura indígena para todos, para crianças, jovens e adultos. Através dela podemos mostrar ao mundo nossos problemas que acontecem no Brasil diariamente: terras sendo roubadas, rios sendo destruídos, índios assassinados, índias estupradas, e tantas outras coisas mais. E poucos sabem disso. Por isso eu via a escrita pelos próprios indígenas como uma grande arma para a defesa de nosso povo (Jekupé, 2018, p. 47).

É de extrema importância compreender a realidade da população indígena, visto que a literatura produzida também é um meio de acusar o que vêm sofrendo: os assassinatos de lideranças, genocídio, estupros contra as mulheres indígenas, invasão de suas reservas, escassez de direitos fundamentais (água e alimentos), destruição de rios e áreas preservadas. Essa situação, não por coincidência, se deve ao resquício do olhar colonizador, que atribui aos povos originários um espaço marginalizado dentro da sociedade não indígena. Porém, autores indígenas buscam, a partir da literatura, modificar este cenário, expondo que a nação brasileira somente existe a partir dos povos que já estavam aqui quando os colonizadores chegaram.

O Brasil necessita se conhecer, é impossível pensar em nossa história sem levar em consideração os povos aqui existentes, sem louvar a ancestralidade presente no canto dos pássaros e nas brisas do passado. Por isso, e muito mais, devemos encontrar mecanismos para a manutenção da cultura indígena, primordial para o surgimento da nação brasileira (Hakiy, 2018, p. 37).

Logo, dentre os mecanismos de manutenção da cultura indígena, citado pelo autor, a literatura possibilita romper visões eurocêntricas degradantes e estereotipadas das singularidades dessas comunidades, desconstruindo a visão de incapacidade associada aos povos originário, pelos não indígenas, e valorizando suas especificidades tradicionais. Contudo, para que esses propósitos sejam alcançados, é fundamental que haja espaço

para a literatura tradicional no mercado editorial brasileiro e, por consequência, nas redes de ensino.

Assim, os efeitos do colonialismo também são percebidos na distribuição das obras literárias nativas. O ambiente literário, por muito tempo limitado apenas aos não indígenas e a obras que atendessem o olhar eurocêntrico, acaba se tornando um meio para que os povos indígenas contem sua visão da história que foi calada, entretanto, existem obstáculos que dificultam a ocupação desse espaço. De acordo com o autor:

[...] eu tentava ver se achava algum livro escrito por índios e não conseguia. Como nossos parentes são grandes contadores de histórias, imaginava que teríamos grandes escritores. Isso seria muito importante, porque a sociedade ia conhecer uma cultura, mas escrita pelo próprio povo; como exemplo, temos nossos guaranis, tem os xavantes, terena, tukano, tikuna e tantos outros; mas sempre que eu lia algo sobre alguma nação, esse algo era escrito pelos não indígenas e isso me deixava muito angustiado (Jekupé, 2018, p. 45).

Por muito tempo, a literatura sobre a cultura indígena foi produzida por autores não indígenas, mesmo que os povos originários fossem exímios contadores de histórias, não havia espaço para a literatura nativa na literatura brasileira. Esse quadro começou a se modificar atualmente, podemos ver autores nativos recebendo prêmios e assumindo posições de destaque na literatura nacional. Mas ainda há um longo caminho para que esse cenário se aproxime do ideal, cabe principalmente a sociedade não indígena fazer sua parte quanto a valorização e divulgação da produção literária de autoria indígena. De acordo com Márcia Kambeba (2018, p. 43), “Muitos indígenas escrevem, mas poucos são os que conseguem fazer essa literatura circular, chegar nas grandes editoras e livrarias. A maioria desses escritos fica apenas no papel e os escritores na invisibilidade de sua obra”, constata-se que há produção de novos autores, mas não há abertura no mercado editorial literário nacional para a literatura nativa, invisibilizando e impedindo a democratização da distribuição das obras de autoria indígena.

A Literatura Nativa é um meio amplo, rico e fundamental para se conhecer as dores e sabores da cultura indígena, pois as obras são escritas por pessoas que estão inseridas nesses espaços, praticam as tradições e

os costumes, conhecem a espiritualidade e a vivência. Consequentemente, existem muitos pontos a serem trabalhados para se aproximar da questão indígena e também a possibilidade de compreender como é olhar da população fundadora sobre a literatura, sociedade não indígena, saberes nativos e a espiritualidade, como destacado:

[...] a literatura indígena ela marca um tipo de literatura, de fato, porque ela tem uma linguagem própria, tem muita espiritualidade presente, você reconhece uma literatura que é escrita por um indígena e uma literatura que não é escrita por um indígena. Ela traz de dentro das sociedades indígenas esse conhecimento, aquela visão daquele povo. É pra conhecimento da sociedade brasileira e quem sabe uma aproximação de fato de respeito com essas nações primárias. Para a gente, eu como autor, meu povo, que reflete o que eu faço lá, é primeiro autoestima, isso aumenta nossa autoestima, depois a gente tira aquela coisa do outro escrever pela gente, então é nosso próprio olhar, a nossa própria vivência, é nossa própria espiritualidade, nosso jeito de ser no mundo, de viver no mundo (Wapichana, 2018, p. 77).

Dessa forma, como destacado pelo autor, a Literatura Nativa carrega os saberes indígenas e sua maneira única de se escrever, como uma marca que possibilita aos indígenas se reconhecerem nas escritas de sua cultura. É perceptível que a literatura de autoria indígena possui um papel importante para os autores, demonstrando seus próprios saberes para que a sociedade não indígena se aproxime e os reconheça, para que assim respeite sua cultura. É através da compreensão e do pensamento crítico que o leitor pode absorver o que a literatura nativa é capaz de compartilhar. São muitos os teóricos indígenas que falam sobre suas motivações para produzir literatura, dentre as já citadas, existe a preocupação dos autores nativos em produzir obras que desmitifiquem concepções errôneas sobre sua cultura e que estimulam o leitor não indígena a se aproximar dos saberes tradicionais, de acordo:

A arte de escrever tem contribuído para que nas aldeias os povos catalogassem narrativas contadas pelos mais velhos e que, depois de serem transformadas em livro, as crianças na sala de aula conseguissem se imaginar nesse universo pela escuta e leitura dessas narrativas. Ela nos dá possibilidades para que, fora da aldeia, alunos e pessoas possam se aprofundar em determinado assunto ou mesmo saber como cada povo vive, resiste e defende seu território (Kambebe, 2018, p. 40).

Portanto, o ato de escrever para os autores indígenas é uma forma de compartilhar o seu modo de viver e também preservar suas tradições. Como também:

Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para sua perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários (Hakiy, 2018, p. 40).

É perceptível a preocupação dos autores com que suas obras alcancem os leitores indígenas e assim documentar seus costumes e aspectos de sua etnia para que as próximas gerações não percam suas tradições. Ademais, há também o cuidado em atingir os leitores não indígenas, para democratizar o acesso às experiências que envolvem sua cultura.

Uma parte essencial do processo de formação do leitor, cultural e multicultural, se torna a conhecer e reconhecer o contexto que envolve a produção da obra literária, ponderando a subjetividade de cada cultura e o conceito de alteridade. Apreciando o que aquela literatura pretende comunicar, o que é invisível para quem não sai de seu lugar e se realoca com sua criatividade no enredo que a literatura indígena oferece. Considerando a disparidade entre classe e raça dentro da sociedade não indígena, fruto da colonização que massacrou e segue ferindo a população originária, o âmago da nação brasileira.

Como citado anteriormente neste trabalho, o professor possui um papel primordial no processo educacional e, portanto, a atribuição de trabalhar a temática indígena nas escolas. A literatura produzida por autores indígenas é um dos meios que o docente possui de aproximar os alunos da cultura indígena.

Políticas Públicas Culturais: a Literatura indígena no ensino básico

A lei 11.645/2008 citada no início desse texto, prevê a obrigatoriedade de tratar a temática indígena no ensino básico, é de suma importância que ela seja seguida no sistema de ensino público, pois é a partir dessa

obrigatoriedade que os alunos indígenas terão acesso aos conteúdos que ponderem sua realidade e seus saberes, como também, as representações indígenas. Para além disso, trabalhar os temas relacionados aos povos originários é indispensável para os alunos não indígenas, a falta de proximidade e conhecimento sobre as nações originárias é responsável por gerar preconceitos e desinformação. Posto isso, a lei está profundamente relacionada com as políticas culturais, no âmbito de incentivo para o surgimento de novos autores indígenas e para a democratização do acesso a informações sobre essas culturas. De acordo com o autor Luiz Rodrigues (2013, p. 29) “As políticas culturais correspondem ao conjunto de ações dos diversos atores sociais voltados para o fortalecimento da cultura como dimensão essencial da sociabilidade”, ao considerarmos sua concepção no cenário educacional público, é possível distribuir esses papéis sociais entre o governo federal, as instituições de ensino e o docente, até que o fortalecimento sobre a cultura originária alcance o estudante.

De antemão, é necessário questionar se a obrigatoriedade prevista está sendo seguida. Se existem, quais são os aparatos oferecidos pelo Governo Federal para que seu cumprimento seja efetivo, ou seja, para que a comunidade escolar tenha o acesso cultural a estas obras? Neste campo, consideremos que todos os materiais educacionais oferecidos pelo Governo Federal se tornam objetos a serem verificados, para que se confirme se de fato são disponibilizados materiais que levem a temática indígena até as escolas. O PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário é um dos meios de acesso que os alunos das redes públicas possuem a obras literárias, ao analisarmos o documento, aqui focamos no PNLD – Literário 2020, é perceptível que o número de obras de autoria indígena é pequeno se comparada a quantidade de livros não indígenas selecionados. Ao analisar as 342 obras selecionadas para a etapa do 6º ao 9º ano, é possível constatar que em apenas oito livros há presença da temática indígena nacional. Além disso, os dados são ainda menores quando se considera a autoria indígena, pois existe somente o livro “Vozes ancestrais: dez contos indígenas”, publicado em 2016 pelo autor Daniel Munduruku. Porém, a seleção dessas obras pelo PNLD 2020 – Literário não assegura que os livros de temática e autoria

indígena estarão presentes nas redes de ensino, neste ponto, entra a importância da escolha dos livros pelo corpo docente em conjunto ao dirigente da escola, suas escolhas devem ser concernentes com a Proposta Pedagógica da instituição. Sendo assim, observa-se:

Dentre os principais instrumentos das políticas culturais, podemos destacar a ideia de acesso cultural: a democratização do acesso aos bens culturais tem se tornado bandeira dos principais programas culturais elaborados pelos mais diversos governos. Inicialmente, cabe distinguir três modalidades de acesso:

Acesso físico: possibilidade de contato direto com o equipamento cultural e/ou os lugares onde se produz e difunde a atividade cultural; Acesso econômico: possibilidade econômica de produzir ou consumir um produto cultural; Acesso cognitivo (ou intelectual): possibilidade de apreender com um produto/obra em todas as suas dimensões, quando se busca o desenvolvimento cultural mobiliza-se processos cognitivos, da imaginação ao planejamento. A cultura torna as pessoas mais inteligentes e permite a transferência de aprendizagem. Podemos ainda falar em acesso aos meios técnicos de produção/ informação/conhecimento, ou seja, ao espaço de elaboração de produtos culturais.

O agente cultural é um mediador de sentidos entre o público (comunidade) e a obra (cultura). Dessa forma, não basta ao agente trabalhar na "oferta" (na ponta) da obra de arte/cultura, mas ele deverá também facilitar e ampliar as condições que possibilitam aquela recepção (Rodrigues, 2013, p. 31).

Em vista disso, considerando o Ensino Público, temos que o acesso físico e econômico as obras literárias de autoria nativa, para a democratização dessas culturas, são responsabilidade do Governo Federal através das obras oferecidas pelo PNLD-Literário e, posteriormente, recaem a cada instituição escolar, professores juntos aos diretores, selecionar obras de autoria e temática indígena. Conseqüentemente, após a garantia do acesso às obras, alcança-se a possibilidade do acesso intelectual e o papel do agente cultural no contexto do ensino básico. O professor assume um papel essencial para a efetivação da *lei 11.645/2008*, pois, apesar da obrigatoriedade, é possível que poucos docentes se preocupem com seu cumprimento. É importante, que o professor também seja um leitor cultural, para que consiga desenvolver com os estudantes uma consciência crítica e estimular a formação do leitor intercultural, que pondere as complexidades culturais e sociais que envolvem a Literatura nativa.

O autor Jekupé (2018, p. 49) afirma que ainda se fala pouco nas escolas sobre as questões indígenas e a situação dos povos originários. As redes de ensino deveriam ser uma porta para a conscientização da sociedade sobre as problemáticas enfrentadas pelo povo indígena. De acordo:

A escola pode contribuir com a formação do “estudante-leitor”, adquirindo livros diferenciados e de culturas diferenciadas, além dos livros específicos à cultura do lugar de fala e de leitura. Mas, para isso, o governo precisa apoiar ações com políticas públicas para as escolas, promovendo o incentivo à leitura, oferecendo livros e fazendo com que esses livros possam chegar às crianças, aos jovens, aos adultos e aos pais dos alunos de forma concreta e constante. E que os professores sejam incentivados para tal (Potiguara, 2024, p. 66).

O trabalho com a Literatura nativa no ensino básico possui um papel fundamental para uma sociedade justa e inclusiva com as diversidades de um país plural como o Brasil. Como foi destacado anteriormente com o recorte do PNLD 2020 – Literário, poucas obras sobre a temática indígena são selecionadas, as de autoria indígena são quase inexistentes, por isso, este dado acaba se tornando um reflexo de como a temática indígena é tratada no ensino nacional, há a obrigatoriedade e, portanto, se oferece o mínimo de materiais relacionados a temática indígena. Por mais que exista uma política cultural, ela acaba sendo mínima e quase ineficiente, pois existem entraves que podem barrar a entrada dessas obras nas instituições de ensino básico. É perceptível que a formação do leitor cultural é essencial para o cumprimento de políticas culturais ao se tratar de Literatura nativa, desde os responsáveis por selecionar as obras oferecidas pelo PNLD-Literário, os incumbidos de fomentar a Proposta Pedagógica da instituição até os professores e diretores, encarregados a escolher os livros.

Assim, a escola e os professores assumem, a partir da posição em que estão inseridos, uma grande responsabilidade de trabalhar temática indígena, bem como a Literatura Nativa com os estudantes, consoante:

A norma contempla o ensino dos conceitos dos povos étnico às crianças brasileiras e aos professores da rede pública e particular de ensino. Nos últimos tempos, a literatura indígena, criada por escritores ou professores, tem contribuído muito para a conscientização de quem somos como povos originários, seja nas escolas, seja no próprio movimento indígena. Somos uma literatura de luta e resistência. A literatura indígena cumpre o papel de resga-

te, de preservação cultural, de fortalecimento das cosmovisões étnicas. O futuro escritor indígena deve ser incentivado para a aprendizagem e educação bilíngue e da educação geral desde pequeno. O escrito indígena é o futuro antropólogo, aquele que vê, enxerga e registra. Povos indígenas devem caminhar com seus próprios pés (Potiguara, 2024, p. 91).

Consequentemente, percebe-se que as políticas culturais são fundamentais para que se criem possibilidades a formação de um leitor cultural. É necessário o acesso ao conhecimento das culturas nativas, para que haja um diálogo intercultural e se formem leitores culturais. É um ciclo, professores que trabalham ativamente pela formação de um leitor crítico, que considera alteridade e as temáticas indígenas, vão incentivar os estudantes indígenas a ocuparem seu local de fala e compartilhar seus saberes, como algo valioso que deve ser preservado na história e consumido, sendo um meio de intervir e ocupar todos os espaços da sociedade. Como também formar leitores culturais não indígenas, para que as Políticas Culturais cumpram os seus propósitos.

Considerações finais

Conforme o que foi apresentado neste trabalho, a literatura indígena amplia o conceito de literatura. Pois, como já apontado, possui uma perspectiva diferente da lógica ocidental, sendo suas narrativas um meio de transmissão de saberes, que orienta as tradições e os costumes das comunidades indígenas, constituindo a formação identitária dessas culturas. Logo, a literatura nativa enriquece a literatura brasileira, compartilhando conhecimentos interculturais e apresentando compreensão única sobre o poder das narrativas.

Ademais, obras literárias produzidas por autores indígenas são um potente instrumento para a formação de leitor cultural, visto que levantam questões históricas e sociais sobre a invisibilização dessas culturas pela sociedade não indígena. Para os autores nativos, a literatura é um recurso para apresentar suas vivências a partir de seu próprio ponto de vista, denunciando as mazelas impostas pelos resquícios da colonização, preservando seus saberes ancestrais para as próximas gerações e diminuindo o desconhecimento que população não indígena possui sobre a sua cultura.

Portanto, é perceptível a necessidade de Políticas Culturais para que as escolas e professores trabalhem a temática indígena e Literatura Nativa nas instituições de ensino básico, formando um leitor cultural e multicultural. As obras de autoria indígena têm muito a oferecer para a educação, desde a formação de novos autores até a democratização do conhecimento sobre sua cultura para os estudantes não indígenas. Assim, são muitas as possibilidades de abordar a temática no ensino fundamental, a partir da perspectiva poética e única que a cultura indígena tem sobre as palavras, ou também, os aspectos sociais que Literatura Nativa carrega.

Referências

BRASIL. *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020*. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020_literario/inicio. Acesso em: 11 de nov. 2023.

BRASIL. *Lei 11.645*, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 11 de nov. 2023.

CASEMIRO, Sinclair Pozza. *Mundo Guarani e Literatura*. 2º Encontro de Diálogos Literários: um olhar para a diversidade, 2., 2013, Campo Mourão. Anais [...] Campo Mourão: UNESPAR/FECILCAM, 2013. p. 536-552.

DORRICO, Julie. *Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária*. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 227-255.

JEKUPÉ, Olívio. *Literatura Nativa*. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 45-50.

THIÉL, Janice Cristine; QUIRINO, Vanessa Ferreira dos Santos. *A literatura indígena na escola: um caminho para a reflexão sobre a pluralidade cultural*. In: X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. Anais [...] Curitiba: [s.n.], 2011. p. 6630-6641.

WAPICHANA, Cristino. *Por que escrevo? – relato de um escritor indígena*. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 75-79.

HAKIY, Tiago. *Literatura indígena – a voz da ancestralidade*. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. *Litera-*

tura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 37-38.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Literatura indígena: da oralidade à memória escrita*. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira, DANNER, Fernando. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 39-44.

MITOSO, J. R. *Livre pensar sobre o teatro mito-ritualístico brasileiro*. In: POTIGUARA, Eliane. *Questão indígena brasileira: visto minha própria pele sem medo*. São Paulo: Cultura, 2024. p. 96-107.

POTIGUARA, Eliane. *Questão indígena brasileira: visto minha própria pele sem medo*. São Paulo: Cultura, 2024.

RODRIGUES, L. A. F. *Políticas culturais*. Em: RODRIGUES, L. A. F.; DANTAS, J. O. (Eds.). *Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural: políticas públicas de cultura – Eixo 1*. Belém – PA: EditAedi, 2013. p. 27-36.